

# LINGUAGEM E AUTISMO: A QUESTÃO DOS “PRONOMES PESSOAIS”<sup>1</sup>

Glória Maria Monteiro de Carvalho  
Universidade Federal de Pernambuco

**RESUMO:** Neste artigo, pretendeu-se colocar em discussão os pronomes pessoais, com o objetivo de tirar consequências para uma melhor compreensão da relação entre sujeito e linguagem, no que toca a criança com diagnóstico de autismo. Tomou-se, como ponto de partida, um confronto entre diversos enfoques da aquisição do pronome pessoal, para fundamentar uma proposta de abordagem desses termos em manifestações verbais de um adolescente diagnosticado como autista. Alguns efeitos decorreram dessa abordagem como, por exemplo, a proposta de que a investigação dos “pronomes pessoais”, de sua singularidade coloca em questão a postura de negação em geral implicada na abordagem do autismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pronome pessoal. Autismo. Linguagem. Sujeito.

***ABSTRACT:** In this paper, we intend to put into question the personal pronouns, in order to draw consequences for better understanding the relationship between subject and language, with regard to children diagnosed with autism. The starting point is a confrontation of different approaches as for the acquisition of the personal pronouns, to support a proposed approach of these terms in the utterances of a teenager diagnosed as autistic. Some effects are originated from this approach, such as the proposal that the investigation of “personal pronouns” with their singularity calls into question the attitude of denial generally implied in the approach to autism.*

***KEYWORDS:** Personal pronouns, autism, language, subject.*

---

1 Este artigo decorreu de um Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq ao qual dirijo meus agradecimentos. O destaque em *aspas* da expressão “pronome pessoal” significa que o uso que dela fazemos tem uma conotação particular, no sentido de uma produção *significante*, diferentemente do sentido implicado na abordagem da categoria gramatical nomeada por esses termos. Assim, todas as vezes em que estivermos nos referindo à fala da criança as *aspas* serão usadas nessa expressão.

## Introdução

Assumimos, neste artigo, que o investigador da linguagem da criança, ao estudar as produções infantis com seu estatuto de singularidade, deve tentar escutar a resistência que tais produções opõem a seus modelos teórico-empírico-metodológicos. Nessa direção, De Lemos, Lier-De Vitto, Andrade e Silveira (2004), com relação especificamente às idéias de Saussure, discutem a aplicação da teoria linguística como sua redução a um instrumento de descrição da fala, em busca de regularidades. Por sua vez, destacam que a fala da criança sem dificuldades e a fala com dificuldades ou sintomática – em virtude do seu caráter marcadamente heterogêneo e imprevisível – parecem *resistir* a tal busca de regularidades.

No que toca especificamente o autista – diferentemente do destaque dado, por aquelas autoras, a uma resistência –, é comum, na literatura sobre o tema, conceber a existência de um vazio subjetivo, conforme indicam algumas expressões como: *tomadas desligadas, conchas, fortalezas vazias, papagaio*. No tocante a sua manifestação verbal, embora haja várias discordâncias, predomina a concepção de uma imobilidade, como um traço básico da definição de ecolalia, desde a primeira definição proposta por Kanner (1943): “uma combinação de palavras ouvidas e repetidas como um papagaio.” (p.149), *sem valor semântico ou qualquer caráter de comunicação*. Assim, é comum encontrar, na literatura, afirmações negativas decorrentes da concepção de que não se pode considerar o autista como sujeito; nesse sentido, ele estaria fora da linguagem com as várias consequências que essa exclusão acarreta: por exemplo, suas manifestações languageiras, na sua imobilidade, seriam rígidas, cristalizadas, permanentes, não apresentando, dentre outros aspectos, o funcionamento simbólico, nem o pronome pessoal (ou dêitico de pessoa que exige a reversibilidade entre falante e ouvinte).

Na linha de uma positividade, caminhando na contramão dessas afirmações excludentes, propomos escutar a resistência que crianças com diagnóstico de autismo opõem a noções e proposições teóricas assumidas pelo investigador nessa área.

Nessa linha de *escuta para a resistência*, perguntamos, então: qual seria o estatuto dos “pronomes pessoais” (eu, tu/você, ele...) nas manifestações verbais de adolescentes com diagnóstico de autismo?

Indagamos, ainda, se esses termos fazem parte de um bloco ou se já se inserem em algum tipo de movimento a partir da fala do outro.

Assim, colocando em questão uma postura de negação em relação ao autista, pretendeu-se abrir uma fenda pela qual se possam vislumbrar, nele, algumas possibilidades, particularmente no que diz respeito aos pronomes pessoais concebidos como o lugar onde a subjetividade se constitui.

A perspectiva aqui adotada, implica, em última análise, uma tentativa de evitar a exclusão, ou em outras palavras, uma tentativa de evitar a exclusão do singular, do diferente. Tal exclusão – que tantas consequências negativas traz, nos vários setores da atividade humana –, nesse tipo de investigação da linguagem, significa obscurecer a própria condição de mudança da criança que apresenta um obstáculo na sua trajetória linguística. Dentre as repercussões de natureza teórico-práticas dessa questão, poderíamos apontar para a necessidade de se rediscutir a singularidade representada pela fala sintomática da criança, significando que se deve colocar em discussão, especificamente, no nosso caso, a relação do investigador com essa singularidade. Propomos, então, abordar verbalizações de um adolescente com diagnóstico de autismo, colocando em questão uma postura de negação ou exclusão, através do destaque de uma positividade, ou melhor, através do destaque de uma especificidade ou singularidade.

Tendo em vista essa proposta, iniciaremos com uma discussão sobre os pronomes pessoais, destacando as dificuldades implicadas na abordagem da aquisição desses termos, primeiramente, considerando a ausência de obstáculos específicos na trajetória linguística do sujeito para, em seguida, estendermos essa discussão à questão do autismo.

## **1. Dificuldades na abordagem da aquisição dos pronomes pessoais**

Os pronomes pessoais (eu, tu) têm se constituído numa preocupação que remonta às especulações iniciais sobre a linguagem. De acordo com Robins (1983), já na antiguidade greco-romana, predominou o esforço no sentido de caracterizar o pronome pessoal como uma classe específica de palavras com base nas categorias aristotélicas do *ser*. Foi, então, apontado, segundo esse autor, seu aspecto de elemento que *substitui o nome*, tendo sido acrescentado o caráter de representação de uma *substância sem qualidades*, ou de algo *aprendido de forma indeterminada*.

Esses pronomes são englobados na classe geral sob a denominação de *dêixis* – ou *dêiticos* – concebida, de um modo bem amplo, como “palavras cuja denotação é relativa àquele que fala (este, aquele, eu você, aqui, aí, agora, passado, presente, futuro e os tempos do verbo)”. (LAHUD, 1979, p. 127)

Levinson (2007), na sua postura pragmática, destacou que a classe dos

dêiticos tem sido considerada uma classe particular de referência, uma vez que esses termos não dizem respeito a um objeto (ou estado de coisas) individual (específico determinado), mas, potencialmente, a vários objetos. Nessa perspectiva, para determinar a que objetos o termo dêitico – como por exemplo *isto* – se refere, fazem-se necessárias características do contexto em que ele é produzido: identidade de falantes e ouvintes, objetos indicados potencialmente, lugar, tempo, etc.

Vale, contudo, destacar a grande dificuldade implicada no estudo dessa classe de palavras, dificuldade essa que já vem sendo destacada há algum tempo (Lyons, 1977, Lahud, 1979, Levinson, 2007, dentre outros). Em sua discussão, Levinson (2007) sugere uma falta de clareza no tratamento que os autores dão ao tema, o que pode ser verificado na dificuldade de conceituação, bem como, na impossibilidade de sintetizar as várias tentativas existentes de separar aqueles termos em categorias, além do fato de que essas tentativas estão, inevitavelmente, à mercê das diferenças na postura teórica de cada autor. No que concerne particularmente aos pronomes pessoais, destaca-se um esforço no sentido de uma separação em sub-classes, gerando confusões e contradições, acrescentando-se a dificuldade de uma separação clara dos pronomes pessoais em dêiticos e anafóricos<sup>2</sup>, posto que, em alguns enunciados, é possível que um mesmo termo seja usado, simultaneamente, como dêitico e como anafórico.

Essa falta de clareza conceitual e explicativa reflete-se no campo da aquisição de linguagem e especificamente no que diz respeito aos pronomes pessoais. Nesse campo, recortaremos, portanto, algumas abordagens da aquisição do pronome pessoal, com o objetivo de tornar visível a diferença implicada na abordagem assumida neste artigo.

Autores como Trace (1983), Karmiloff-Smith (1981; 1992), Clark (2001, dentre outros), Deutsch et al, (2001) remetem a aspectos cognitivos ou conceituais a principal explicação para a aquisição de pronomes pessoais pela criança.

Trace (1983) sugere um esquema cognitivo geral de desenvolvimento, dando especial destaque ao egocentrismo e ao deslocamento de perspectivas no diálogo. Segundo esse esquema cognitivo, primeiro não se verifica a distinção entre os contrastes; em seguida ocorre o contraste apenas em algumas situações. Por fim, surge o sistema maduro que consiste no conhecimento de que o centro de orientação é sempre o falante, independente de sua posição com respeito ao ouvinte.

---

2 O uso anafórico é caracterizado por Levinson (2007) quando um termo se refere à mesma entidade referida por um termo anterior do discurso.

Karmiloff- Smith (1981; 1992), em seu estudo dos pronomes (*he, she, it*), dá ênfase ao percurso de desenvolvimento desses termos, destacando a noção de auto-correções que remete à noção explicativa de uma capacidade de controle interno (*monitoring*) emergente na criança.

Ao estudar categorias emergentes na aquisição inicial da linguagem, Clark (2001), concorda com Budwig (1995), ao destacar que a criança, entre 1:8 e 2:8 escolhe tipicamente um “pronome” (*me* ou *my*) para a auto-referência (*self-reference*), a fim de designar ações, quando ela está no controle da atividade, escolhendo uma forma diferente de “pronome” (comumente, *I*), quando tem relativamente pouco controle sobre a atividade. Assim, a criança distinguiria esses tipos de “pronome” (*me* ou *my* e *I*), ligando-os ao grau de controle que ela estaria exercendo, sem levar em conta a distinção gramatical convencional entre *sujeito-objeto*.

O estudo de Deutsch et al (2001) indicaram que a transição para dêixis de pessoa – para o uso de pronomes pessoais – tem sua condição favorável na criança, depois que o problema conceitual do auto-reconhecimento for resolvido. Em outras palavras, auto reconhecimento visual requer um mapeamento de uma representação de segunda ordem – por exemplo o reconhecimento de uma pessoa numa foto – numa representação de primeira ordem – uma imagem consciente da própria aparência dessa pessoa (p. 309), havendo um mapeamento de conceitos cognitivos em conceitos linguísticos correspondentes. Os autores, além desse mapeamento, consideram essencial à aquisição de pronomes pessoais a aquisição de noções de papéis de fala (*speech roles*), de falante e ouvinte, além de levarem em conta as condições do *input* social.

Convém lembrar ainda um estudo, o de Chiat (1981), considerado clássico no que diz respeito à aquisição do pronome pessoal: trata-se de uma abordagem do fenômeno que se denomina, na literatura sobre o tema, a *reversão do pronome* em que segundo essa autora. “o *Eu* pode se referir ao interlocutor ao invés do locutor, e o *Tu* pode se referir ao locutor ao invés do interlocutor.” (p. 368, tradução minha). Nesse sentido, face a erros como o de uma criança – Matheus, 2:5: *I’m Shula* (*Eu sou Shula*); *Mumum’s Shula* (*Mamãe é Shula*), diante da pergunta do adulto: *Who’s this then? Who Am I?* (*Quem é esta então? Quem sou eu?*) – foi destacada a existência do fenômeno da reversão do “pronome pessoal”, na fala da criança num momento inicial da sua trajetória linguística. Nesse sentido, o termo *I* (eu) estaria se referindo, não à criança (locutor), mas à mãe (interlocutor). No entanto, Chiat (1981) se surpreende com uma *inconsistência* nesse reversão, na medida em que “o pronome de primeira pessoa foi usado inicialmente para o locutor e então para o interlocutor (...).

Isso pode ser contrastado com enunciados análogos que são consistentemente corretos” (p. 367-378, tradução minha).

Vale destacar que, apesar das diferenças entre as abordagens aqui indicadas e ainda que alguns autores, diferentemente de outros, dêem especial realce ao deslocamento de perspectivas, ou de papéis no diálogo e ao egocentrismo, há alguns pontos comuns nas propostas desses autores os quais podemos sintetizar através dos seguintes aspectos:

- A aquisição de pronomes pessoais implica a aquisição de uma categoria especialmente difícil para a criança; a estabilidade no uso dos “pronomes pessoais” ocorre depois que várias categorias lexicais e funcionais já se estabilizaram na fala infantil;

- Há um momento marcado por uma inconsistência, na aquisição dos pronomes pessoais: ora a criança usa corretamente esses “pronomes”, ora ela erra ao usá-los, em situações análogas;

- Quer se levem ou não em conta aspectos interacionais, a explicação para a aquisição dos pronomes é atribuída a aspectos cognitivos ou conceituais, respeitando-se as diferenças entre as várias abordagens. Nesse sentido, o erro é atribuído basicamente a uma falha cognitiva, a um problema conceitual que precisa ser superado, quer seja realçada uma falha no próprio conceito – ou no mecanismo cognitivo subjacente –, no mapeamento entre o conceito e os termos pronominais, ou em ambos.

- Em decorrência desse último aspecto, pode-se dizer que a aquisição de pronomes pessoais é abordada a partir de *indicadores referenciais*. Trata-se, em última análise, de saber a que conceitos esses termos se referem, durante o seu percurso de aquisição pela criança.

A respeito da questão da referência Tomasello (2001) traz o *problema wittgensteiniano* para o domínio da aquisição de linguagem, denominando-o *mistério da indeterminação referencial*. Sugere esse autor que tal mistério recobre a questão de saber como a criança conceitualiza os referentes de expressões e elementos linguísticos específicos. Dentre esses elementos específicos, portanto, podemos dar destaque ao *mistério da indeterminação referencial dos “pronomes pessoais”*.

Quanto ao aspecto cognitivo, Radford (1997, citando Atkinson, 1982) sustenta que as explicações que afirmam que as categorias funcionais são mais complexas do que as lexicais do ponto de vista cognitivo – e que, portanto, só podem ser adquiridos pela criança quando esta atingir um determinado nível de maturidade cognitiva – levanta o problema de que não há forma objetiva de se determinar a complexidade cognitiva, relativa a diferentes itens, e nenhum meio

confiável independente da linguagem para se determinar a capacidade cognitiva da criança, em qualquer estágio do desenvolvimento (pág.405). Radford (1997), tomando por base a proposta gerativista, explica a aquisição do pronome como uma projeção da categoria funcional determinante (gramática funcional) na gramática infantil (gramática lexical). Para essa autora, na (suposta) fase de transição em que ela parece alternar gramática lexical e gramática funcional, a criança já teria atingido o estágio funcional, embora não domine ainda um conjunto integral de sistemas de categorias funcionais. Esse domínio implica, em parte, que ela não teria dominado os aspectos morfossintáticos da relação complexa de concordância, como por exemplo: *What's they doing?* (*O que eles está fazendo?*); *Where is you?* (*Onde está você?*); *Where is me?* (*Onde está mim?*) (p.414).

Vale notar que essa explicação não é aceita de forma pacífica, pelos autores que assumem a abordagem gerativista, havendo discordâncias entre eles (ver, a esse respeito Lopes, 2004; Kato, 1995).

Neste ponto, podemos sugerir que as explicações das dificuldades da criança na aquisição do pronome pessoal são propostas à luz do modelo adulto de uso desses pronomes. Em outras palavras, haveria assimilação das produções infantis a um modelo adulto, ou melhor, haveria uma projeção da categoria de pronome pessoal (ou de algum aspecto dessa categoria) nos termos produzidos pela criança. Nesse sentido, as produções infantis erradas são explicadas, levando-se em conta um maior ou menor distanciamento dessas produções em relação àquela categoria, daí a presença de dicotomias como: maior ou menor uso contrastivo; maior ou menor domínio de uma capacidade cognitiva; maior ou menor domínio de uma gramática; maior ou menor controle sobre uma atividade (no lugar da dicotomia gramatical *sujeito vs objeto*); reversão *vs* não reversão do “pronome pessoal”; maior ou menor domínio da dicotomia *locutor vs interlocutor* (*falante vs ouvinte*).

Por sua vez, não se leva em conta a questão do sujeito ou da constituição da subjetividade como uma questão colocada pelo pronome pessoal. Com base em Lahud (1979), podemos dizer que, mesmo naqueles autores (citados antes) que consideram o egocentrismo, trata-se de uma relação entre o enunciado e o *ego*. Em outras palavras, o conceito de egocentrismo é assumido do ponto de vista de uma experiência do *ego*, portanto, do ponto de vista psicológico.

Destacamos aqui, no tocante à relação entre subjetividade e pronome pessoal, a posição de Benveniste (1988)<sup>3</sup>. Segundo essa posição, a intersub-

3 Para esse autor, apenas o eu/tu seriam indicativos de pessoa, enquanto que o *ele* seria uma não pessoa; portanto, somente a primeira e a segunda pessoas seriam por ele considerados como pronomes pessoais.



jetividade é inerente à subjetividade a qual, por sua vez, é destacada como a emergência, no ser, de uma propriedade fundamental da linguagem expressa pelo pronome pessoal que pode ser considerado como uma *marca do sujeito*. Esse autor coloca que é identificando-se como pessoa única, pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como sujeito. A respeito da posição de Benveniste, Ducrot (1977) fala da subjetividade como inerente à linguagem, enquanto Lahud (1979) destaca a inserção do sujeito na língua, o que implica, segundo esse autor, a quebra de dicotomias linguísticas, como por exemplo, a dicotomia saussureana *língua vs fala*.

A respeito da quebra das dicotomias linguísticas Milner (1987) coloca que a gramática constrói uma imagem de completude, através de seus estratos, de suas oposições. Entretanto, esse autor aponta para a presença, na própria língua, de elementos heterogêneos, singulares que suspendem seus estratos, suas oposições, isto é, colocam em questão a sua completude. Como exemplo, é destacado o *pronome pessoal* que desestratifica a língua, desfazendo-lhe as divisões entre *som* e *sentido* – pois o sentido do *eu* é a proferição do próprio *eu* – ou entre *menção* e *uso* – pois a definição em menção do pronome exige o próprio uso – ou ainda entre *signo* e *coisa designada* – a coisa designada por *eu* não tem outra consistência, a não ser um certo uso da palavra.

Benveniste, entretanto, ao falar, especificamente, sobre a polaridade das pessoas, coloca:

Polaridade, aliás, muito singular em si mesma, e que apresenta um tipo de oposição do qual não se encontra o equivalente em lugar nenhum, fora da linguagem. Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior” e, ao mesmo tempo, são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. (BENVENISTE, 1988, p. 286-287).

Com fundamento em Milner (1987), podemos dizer que a singularidade do pronome pessoal, ou a quebra das dicotomias através da *inserção do sujeito na língua*, não escapou, em Benveniste (1988), a uma dicotomia, através de uma singularidade que é atribuída ao par *eu vs tu* pelo par *centro* (interior, locutor) *vs exterior* (interlocutor). Acreditamos que, embora não se trate da aquisição de linguagem, com apoio na proposta milneriana, essa dicotomia merecia ter sido problematizada. Em se tratando, contudo, das produções verbais infantis, uma tal dicotomia não poderia se sustentar, ou melhor, não se poderia assumir



a dicotomia *locutor vs interlocutor* – ou qualquer outro tipo de dicotomia a ela relacionada, como por exemplo, *falante vs ouvinte* – quando se escutam “pronomes pessoais” produzidos pela criança no início de sua trajetória linguística.

## 2. Uma outra abordagem da aquisição dos pronomes pessoais

Assumimos a postura de De Lemos, para fundamentar a posição de uma quebra de dicotomia entre *interlocutor vs locutor*. Essa autora concebe a aquisição de linguagem – a partir de uma leitura de Saussure, Jakobson e Lacan – como uma mudança de posição da criança numa estrutura em que comparecem a língua (Outro), o outro (a mãe, como Outro primordial), e a fala da criança concebida como *corpo pulsional*<sup>4</sup> capturado pela linguagem.

Vale realçar que a postura assumida por De Lemos (2002, dentre outros) implica escutar a resistência que a fala da criança opõe aos modelos teórico-empírico-metodológicos. Assim, em relação especificamente à aquisição do pronome pessoal, pode-se falar numa escuta para a resistência que a singularidade das produções infantis desses termos opõe às dicotomias já mencionadas antes e, sobretudo, à dicotomia *locutor vs interlocutor* em suas várias roupagens.

Nessa abordagem, no que toca os “pronomes pessoais”, a criança, num momento inicial, reinstaura uma cena a partir da incorporação da fala do outro (mãe). Nesse momento, a criança está ainda à mercê da fala da mãe imediatamente precedente ou não e é somente nela que a criança pode designar e ser designada. Destaca De Lemos (2004) que “os pronomes *eu* e *você* se alternam, mas não designam e, como palavras, seu estatuto se define ainda por fazer parte de uma cena” (p.13), como indica um exemplo paradigmático:

(C sobe numa cadeira, situação em que a mãe a adverte: *Você cai!*)

C: *Chê cai?*

(C. 1:5;2)

Perguntamos se poderíamos considerar essa produção da criança como *marca do sujeito/falante*. Ou ainda: não seria esse “pronome” uma *marca do outro* (mãe), mas que volta diferente – nesse caso, também em relação à entonação – quebrando, portanto, a dicotomia *locutor vs interlocutor* (*falante vs*

4 *Corpo pulsional*, nessa abordagem, significa aquele que demanda interpretação, isto é, corpo articulado na e pela linguagem, diferente da criança concebida como organismo ou corpo biológico guiado pela necessidade.

*ouvinte*)? Nesse sentido, com fundamento em Lier-De Vitto e Carvalho (2008), pergunta-se: quem fala na fala da criança? A criança ou o outro?

É nesse sentido que essa produção infantil de um “pronome pessoal” quebraria, não apenas a dicotomia *locutor vs interlocutor*, mas aquelas referidas anteriormente. Diante de tal produção, indagamos também: como falar em conceito a que o “pronome” se refere, ou como falar numa capacidade cognitiva, numa gramática ou em problemas conceituais, ou de mapeamento?

Essas questões aparecem com maior visibilidade quando, num outro momento, quando, segundo De Lemos (2004), os “pronomes pessoais” deslizam da cena inicial para outras encenações, havendo grande inconsistência (ou melhor, heterogeneidade), como num exemplo de um jogo simbólico apresentado por essa autora:

(Jogo simbólico: assumindo o papel de uma tia que está doente.)

C: *Eu sou tia. A tia /a/a vô/vai toma / zá salô.*

(C. 1:6;19)

Essa dificuldade da criança de se deslocar de posições (no exemplo dado, da posição de narrador para a de personagem) fica mais clara no jogo simbólico e na recontagem de narrativas tradicionais, mas acontece também no discurso direto.

Assim, segundo a mencionada autora, “o que está em questão (...) é a posição em que a criança se coloca na cena enunciativa, quer em relação à fala do outro, quer em relação à sua própria fala, quer estando na figura de locutor, quer na de narrador ou personagem.” (DE LEMOS, 2004, p. 13)

Num momento posterior, há um movimento de estabilização dos “pronomes pessoais” e das “concordâncias verbais”, no diálogo, no jogo simbólico e na narrativa, no mesmo momento em que a criança passa a operar com o “pronome de terceira pessoa” (*ele, ela*), tanto dêitico como anafórico.

É, portanto, no segundo momento que se faz mais visível a condição da criança de *estar na língua*, a sua captura pelo funcionamento linguístico, ou ainda, a condição de estar à mercê da língua que resulta numa inconsistência (ou heterogeneidade), ao mesmo tempo em que coloca em questão as dicotomias decorrentes de suposições sobre a cognição, problemas conceituais ou referenciais. Mas, de acordo com essa postura, é também esse *estar na língua* que faz com que:

... os “pronomes de primeira e segunda pessoa” se estabilizem, através do seu desligamento da cena – em que a criança é falada pelo outro – a qual é obliterada/apagada, passando a criança a ser falada pela língua na medida em que “é o seu estar na língua submetida às suas condições estruturais que lhe vai permitir, na fala, circular todos os pronomes ... (DE LEMOS, 2004, p. 24).

Continuando, diz essa autora: “Não se chega, portanto, ao estado estável pelo conhecimento, mas pela divisão do sujeito” (p. 24), divisão entre o *eu* e o *ele* que caracteriza o sujeito da psicanálise, divisão essa, diríamos, entre o *eu* e a *alteridade* representada pela língua.

Dessa abordagem da aquisição dos pronomes pessoais, podemos tirar as seguintes consequências para a investigação desses termos na fala da criança que apresenta obstáculo em sua trajetória lingüística, como é o caso do autismo:

- O investigador se desloca para o nível do significante, tentando não se dirigir à fala da criança – especificamente no que concerne aos “pronomes pessoais” – em busca de formas gramaticais, de conceitos, conhecimentos ou intenções.

- O investigador assume a posição de que não há coincidência entre a fala da criança e a do outro (falante), o que traz à tona o fato de que a criança incorpora significantes cujo significado é uma interrogação. Nesse sentido, são colocadas em questão as várias dicotomias atribuídas ao “pronomes pessoal” em seu momento de aquisição, sobretudo a dicotomia *locutor vs interlocutor* (*falante vs ouvinte*).

- a singularidade, a heterogeneidade dos “pronomes” na fala de crianças é efeito de operações da língua que, na sua condição estrutural, movimenta os fragmentos incorporados.

- Para atender, portanto, a essas consequências implicadas na abordagem adotada, é preciso assumir uma concepção de sujeito dividido, sujeito da psicanálise.

### **3. O autista e os pronomes pessoais: um impasse**

Propomos que seria somente à luz daquelas consequências – inferidas da abordagem da aquisição do pronome pessoal na perspectiva interacionista de De Lemos (2004), que poderíamos tratar a complexa questão do “pronomes pessoal”, no autismo, sem tomar o caminho da *insuficiência*, da *falha* ou mesmo da *ausência*, mas, das *possibilidades*.

Não parece demais insistir, no que diz respeito ao quadro do autismo e, mais especificamente, ao lugar ocupado pela linguagem nesse quadro, que diversos estudos parecem atravessados por concepções que recortam o *déficit*,

a insuficiência, a ausência e a impossibilidade. Como colocam Cavalcanti e Rocha (2001) tais estudos parecem marcados pela certidão de batismo do autista escrita através da afirmação de Kanner, em 1943, de *uma incapacidade de estabelecer contato afetivo*. Trata-se, portanto, de um *estigma de incapacidade* que, segundo Balbo (2005), seria um rótulo que destitui e incapacita a criança, na medida em que torna o outro incapaz de escutá-la. Esse estigma de incapacidade, de negação, de insuficiência, de falha deixa sua marca no uso de nomeações como aquelas que foram referidas antes.

Convém realçar que a questão da linguagem, no autismo, constitui um solo polêmico de investigação, destacando-se também a existência de um certo paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que a linguagem se impõe como uma questão, na abordagem do autismo, pode-se constatar uma escassez de estudos especificamente sobre essa questão. Tais estudos, por sua vez, seguem a linha do *déficit* de linguagem (como indicam Cavalcanti & Rocha, 2001), seguindo ainda a trilha aberta por Kanner (1943), através de expressões como: *ausência de intenção comunicativa; fala sem valor semântico; ausência de inversão pronominal*. Podemos dizer então que a abordagem do pronome pessoal, do ponto de vista de um *déficit* ou mesmo de uma *ausência*, constitui um problema bastante complexo na investigação da linguagem no autismo. Considerando o sujeito da psicanálise assumido neste trabalho, o problema não é menor. A partir da interpretação dada a algumas propostas lacanianas, assume-se, de um modo geral, que não há sujeito no autismo e os pronomes pessoais, que indicam essa subjetividade, não se fariam, portanto, presentes nas verbalizações de crianças diagnosticadas como autistas.

Assim, a partir de Lacan, o autismo tem sido definido como sendo o efeito de *um fracasso radical na instalação da imagem do corpo*. *Esse efeito marcado pela retração do sujeito sobre seu mundo interior o conduziria à recusa de qualquer contato com o mundo exterior*. (Chemama, 1995).

Dizendo de um modo muito geral e resumido, no pensamento laciano, o sujeito se constituiria a partir da alienação especular no Outro, tratando-se, nesse momento inicial, do Outro primordial, aquele outro que ocupa um lugar na função materna. Em outras palavras, o sujeito se constituiria a partir da possibilidade de se perder – mesmo, paradoxalmente, sem ainda ser – nesse Outro, nele se dissolvendo para assim se constituir, isto é, dissolvendo-se/alienando-se na imagem fornecida pelos outros, para poder constituir sua própria imagem. Essa alienação daria lugar ao movimento de separação, isto é, permitiria que se instalasse o corte simbólico pelo Outro – nesse momento instanciado por aquele outro que ocupa um lugar na função paterna, função de lei, de interdito. (GUERRA; CARVALHO, no prelo).

No autista teria havido, portanto, segundo autores lacanianos, um fracasso no tempo da alienação na constituição do sujeito, o que equivaleria a um fracasso da imagem corporal pela ausência do olhar na relação especular com o outro, isto é, pela ausência de uma mensagem de reconhecimento no discurso daquele que ocupa a função materna – o que, em última instância, resultará no fracasso da instauração da função simbólica, isto é, da constituição do eu (sujeito). Desse modo, o autista teria tropeçado ainda num momento *aquém* do estádio do espelho, tendo sido, portanto, impedido de vivenciar o momento seguinte – o corte simbólico – onde se daria a sua emergência subjetiva.

Lacan (1973) fala ainda numa colagem entre os significantes S1 e S2 (primeira dupla de significantes), usando então o termo *holófrase* (que, na linguística, significa frase constituída de uma só palavra). Segundo a proposta lacianiana, a holófrase impossibilitaria a formação de cadeia pela falta de intervalo entre os significantes. A holófrase, em outras palavras, impediria o desenvolvimento da metáfora do sujeito ou do sujeito como metáfora, na medida em que, nessa perspectiva, a metáfora exige a cadeia para que haja substituição entre significantes. A partir dessa posição, alguns autores dizem que, no autismo, como em outras patologias, o par de significantes se solidifica não havendo intervalo entre eles para a emergência do sujeito.

A esse respeito, a ecolalia é considerada como um *bloco*, com as características de rigidez, permanência e imobilidade.

Assim, a negação da condição de sujeito ao autismo, a partir basicamente dessas duas propostas lacanianas, acarreta outras negações, como por exemplo, a de que o autista está fora da língua (Rodriguez, 1999), ou a suspensão de estudos sobre o pronome pessoal.

Assumimos, contudo, a posição segundo a qual seria uma condição de natureza estrutural – a antecipação –, isto é, uma condição de *vir-a-ser sujeito*, que necessariamente inscreveria vestígios de subjetividade, em qualquer que seja a patologia, a despeito das lacunas e especificidades que venham a marcar tal subjetividade.

Ao se negar essa condição estrutural, caberia então indagar o que seria esse *ser* que, não tendo possibilidade de *vir-a-ser sujeito*, também não seria integrante do reino não humano, não podendo sequer ter sofrido os efeitos de um olhar ou de um discurso de não reconhecimento.

Essa proposta se apóia em Balbo (2004) que fala numa *antecipação virtual* do real. Trata-se, portanto, de uma *virtualidade* que toma outro caminho no autismo. Há, segundo esse autor – que coloco numa citação livre –, uma função simbólica da antecipação do real e de suas virtualidades (p.133) que, no caso

do autismo, encontram, um obstáculo. Tal obstáculo (ou tropeço) se impõe, se o outro familiar não tomar a criança no discurso próprio, dando consistência a esse real percebido. (p.137).

Desse modo, existiriam, em todo bebê, as antecipações, as virtualidades perceptivas que ficariam suspensas, por conta de algum tropeço, de algum obstáculo, ou melhor, tomariam outro caminho, diferente da trajetória da criança que não se deparou com tal obstáculo o qual, por sua vez, é localizado numa falta ou falha no discurso do *outro familiar*. Assim, essas antecipações pressupõem um simbólico que, embora extremamente singular, impede de se considerar o autista como um *não sujeito*, como um fora da linguagem, ao mesmo tempo em que abre uma fenda através da qual as suas verbalizações sejam abordadas do ponto de vista de possibilidades, tentando sair de uma postura de negação, de exclusão. Trata-se, enfim, de uma abertura para que se possa abordar o “pronome pessoal” no autismo, devendo o investigador ficar atento no sentido de tentar escutar as resistências que esses termos oferecem às categorias pre-estabelecidas de pronome pessoal.

Seguem alguns exemplos<sup>5</sup> para ilustrar essa posição, sendo recortados os “pronomes pessoais” presentes nas verbalizações de Beto que, no momento da filmagem, tinha onze anos:

B: Beto<sup>6</sup>

C: Carlos

N: Nildo

Fb: Fábio

F: Fátima (terapeuta 1)

R: Rosa (terapeuta 2)

A: Ada (terapeuta 3)

### ***Episódio 1:***<sup>7</sup>

(Beto pega o carrinho de bebê e corre (estavam brincando/ competindo de corrida). Carlos se dirige a Fátima, incomodado com a *tomada* do carrinho de bebê por Beto.)

---

5 Esses exemplos fazem parte do conjunto de dados que foram selecionados de um Banco de Dados, sob minha orientação, e analisados por Vasconcelos (2010), na sua Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da UFPE.

6 Beto é o nome do adolescente cujas verbalizações foram recortadas, sendo fictícios todos os nomes utilizados.

7 Os vários episódios exemplificados são descritos neste projeto de forma igual ao que consta no Banco de Dados.

C- Não, me dê! (olhando para Fátima)  
 (Beto já se encontrava no meio do corredor.)  
 C- Me dê!  
 F- Ei, campeão Beto?!  
 Venha cá, campeão!  
 (Beto já chegou no portão de entrada da Instituição)  
 C- Me dê, Beto!  
 (Beto faz a volta, enquanto Carlos vai lentamente em sua direção.)  
 B- *Beto dá carrinho de bebê!*  
 F- “Ah, tu quer trocar agora?!”

### ***Episódio 2:***

(Fátima olha para Beto que também a mira, estando este já fora do seu balanço.)  
 F- Vamo lá!  
 Eu vou pegar a bola!  
 (Beto sai do seu balanço, acompanhando Fátima que vai atrás de Fábio, correndo paralelamente a ela.)  
 B- *Eu vou pegar a bola!*

### ***Episódio 3:***

(Fátima se dirige a Nildo.)  
 F- Espalhar tudo, não!  
 (Beto dá um toque na bola [com a mão esquerda] e a mesma resvala para o outro lado [direito] da sala. Beto se vira, olhando para o percurso da bola.)  
 F- Tu...  
 B- Espalhar tudo... (voz grossa)  
 F- Pode procurar com calma!  
 (Beto sai em direção à bola.)  
 B- *Tu pode... (ininteligível) procurar aqui!* (voz grossa)  
 (Beto vai pegar a bola que está no chão, ao lado da grande caixa (que ainda se encontra debaixo da janela do fundo da sala).)

### ***Episódio 4:***

C- Oh, Beto, oh, Beto, tem esse aqui!  
 (Carlos mostra os objetos no armário.)  
 B- ... *fui atrás do meu pai...*  
*Enfim, tudo que você precisa saber...*  
 A- O que foi que ele disse?



(Ada se dirige a Rosa para tentar esclarecer o que Beto falou.)

R- Só entendi: meu pai!

***Episódio 5 (Terapeuta brinca com C e B):***

F- Tou com preguiça, confesso!

(Carlos se lança para trás, colocando o hidrocor sobre a mesa.)

C- Mas... bora, bora?

(Beto coloca a cabeça perto de Carlos, levanta o olhos e começa a falar. Enquanto fala, ele pega a tesoura com a mão direita e suspende o papelão com a mão esquerda, preparando-se para iniciar a atividade de corte.)

B- *Eu tu tou...*

C- Bora?

B- pre-gui-ça lhe cou-fééés-so!

***Episódio 6:***

A- Atenção, muita atenção!

(Ada se senta no mesmo local de antes, ou seja, numa cadeira encostada à parede, do lado direito da grande mesa. Beto se movimenta de um lado para o outro, com a mão no rosto, sorrindo.)

B- Páaara, páaara!

C- Olha aqui, eu!

Olha aqui, oh!

B- Oh, páaare!

(Beto volta ao armário, sorrindo.)

R- Oh, Beto!

B- Sai!

(Beto sorri e põe a mão no rosto.)

R- Fica com vergonha, é?!

B- ... *Eu tenho vergonha!* (voz grossa)

Podemos destacar, a partir desses exemplos, a grande heterogeneidade implicada no uso de “pronomes pessoais” pelo adolescente. Vale lembrar que essa heterogeneidade também foi destacada por De Lemos (2004), na fala da criança que não possui obstáculo. Segundo Lier-De Vitto e Andrade (2009), falas de crianças – quer sejam reconhecidas como patológicas ou não – partilham as mesmas características fundamentais: são *faltosas, imprevisíveis e altamente heterogêneas*. No entanto, como diz Lier-De Vitto (2005), trata-se, no caso de falas sintomáticas, de uma *heterogeneidade desconcertante*. Em se

tratando das verbalizações aqui exemplificadas, esse caráter desconcertante ganha especial visibilidade: ora B usa seu nome próprio seguido do significante *dá*, face a um *apelo* de uma outra criança, no episódio 1 (B-*Beto dá carrinho de bebê*); ora ele repete em *bloco* a fala imediata da terapeuta, no episódio 2 (B: *Eu vou pega a bola*); ora extrai significantes (*tu, pode e procurar*) da fala (próxima) da terapeuta juntando-os a um termo (*aqui*) que não aparece num momento próximo, no episódio 3 (B-*Tu pode... [ininteligível] procurar aqui!* [voz grossa]); em outra ocasião, Beto provoca um efeito de estranhamento nas terapeutas, através de uma produção onde aparecem os significantes *fui e você*, produção que, embora *gramaticalmente correta*, não mantém conexão com o que estava sendo dito no episódio 4 (B- *... fui atrás do meu pai... Enfim, tudo que você precisa saber...*); ou ainda, os significantes *eu e tu* aparecem juntos, como no episódio 5 (B- *Eu tu tou*); algumas vezes, o adolescente parece estar usando (corretamente) o “pronome pessoal”, como no episódio 6 (R- *Fica com vergonha, é?!; B- ... Eu tenho vergonha!* [voz grossa]).

### Mais algumas palavras

Diante da *heterogeneidade desconcertante*, no uso dos termos *eu-tu/você*, pelo adolescente com diagnóstico de autismo, poderíamos indagar:

Seria possível falar em pronome pessoal como uma categoria gramatical que implica a oposição *locutor vs interlocutor*?

Seria possível falar em presença (ou ausência) de intenção ou de conhecimento, qualquer que seja sua natureza, conceitual ou referencial?

Poderíamos identificar uma posição assumida por Beto em relação à fala do outro, ou um deslocamento de posições?

Haveria possibilidade de se conceber o uso de “pronomes pessoais”, a partir da re-instauração de uma cena, ou do deslizamento da cena inicial para outras encenações?

Não temos a pretensão de responder a essas questões as quais nos permitiram, entretanto, formular algumas indicações. Nesse sentido, poderíamos indicar que a referida heterogeneidade nos levou a escutar a resistência que as verbalizações do menino opõem a sua descrição por meio das categorias dos pronomes pessoais. Isso significa dizer que não poderíamos, de forma consistente, inserir tais verbalizações na oposição *locutor vs interlocutor* ou em qualquer outra dicotomia dela decorrente. Por sua vez, também pudemos escutar a resistência que essas verbalizações opõem à proposta de identificarmos uma posição estrutural assumida por Beto, em relação à língua ou à fala do

outro e, portanto, não poderíamos supor um deslocamento de posições. Como consequência, teríamos que admitir a ausência de uma possibilidade de ordenação ou de sistematização no uso dos termos *eu-tu/você* pelo adolescente, o que implica também uma impossibilidade de admitir, coerentemente, a presença ou ausência de intenções ou de conhecimentos como explicação para esse uso.

Essa heterogeneidade nos permitiu ainda escutar a resistência que as verbalizações de Beto opõem à proposição de Kanner (1943), assumida por vários autores, segundo a qual o autista não reverte o pronome pessoal. Como vimos, não poderíamos falar em pronome pessoal como uma categoria gramatical e, conseqüentemente, não haveria lugar para uma discussão sobre *reversão* ou *não reversão* do pronome, nesse caso. No entanto, face ao intenso movimento – embora assistemático, desordenado – implicado nos usos desses termos, em relação ao adolescente focalizado, também não poderíamos admitir uma fixidez ou uma imobilidade nas manifestações verbais que contêm esses termos.

Considerando esse movimento, poderíamos, enfim, supor que Beto estaria submetido à língua, sendo atingido por seus efeitos, embora de uma forma muito singular, o que permitiria que ele fosse subtraído a uma escuta de exclusão, de negatividade, ou melhor, permitiria que ele fosse escutado por vários profissionais, não como um fracasso, mas como uma aposta, como um *vir-a-ser subjetivo* ou, nos termos de Balbo (2004), como uma *virtualidade subjetiva* que, na sua singularidade, implica uma promessa de realização.

## Referências bibliográficas

- BALBO, G. A língua nos causa. In: VORCARO, A. (org.) *Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias da fala*. Salvador: Álgama, 2004, p.123-150.
- \_\_\_\_\_. *O autismo é apenas uma melancolia infantil*. Conferência proferida no XXXV Encontro Anual do Centro de Estudos Freudianos do Recife-Pernambuco, 2005.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*, v.1. Campinas: Pontes, 1988.
- BUDWIG, N. *A developmental-functional approach to child language*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1995.
- CARVALHO, G.M.M.; GUERRA, A.G.G. *autisme et langage: l'émergence d'un nouveaux regard*, no prelo.
- CAVALCANTI, A.E.; ROCHA, P. *Autismos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- CHIAT, S. If I were you and you were me: the analysis of pronouns in a pronoun-reversing child. *Journal of child language*, n.9, 1981, p. 359-379.

- CHEMAMA, R. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CLARK, E.V. Emergent categories in first language acquisition. In: BOWERMAN, M.; LEVENSON, S.C. *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 379-405.
- DE LEMOS, C. (2002) Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 42, p.41-70.
- \_\_\_\_\_ Sobre os pronomes pessoais na fala da criança. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, 2004, p. 3-7.
- DE LEMOS, C.; LIER-DE VITTO, M. F.; ANDRADE, L.; SIVEIRA, E.; Le saussurisme en Amérique Latine au XXe siècle. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 56, 2004, p. 165-179.
- DEUTSCH, W.; WAGNER, A.; BURCHARDT, R.; SCHULZ, S.; NAKATH, J. (2001) Person and the language of singletons. Siblings and twins. In: BOWERMAN, M.; LEVENSON, S.C. *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 284-315.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cutrix, 1977.
- KANNER, L. Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: Rocha, P.S. (org.) *Autismos*. São Paulo: Editora Escuta, 1997, p. 111-170 (texto originalmente publicado em 1943).
- KARMILOFF-SMITH, A. The gramatical marking production of thematic structure in the development of language. In Deutsch, W. (ed.) *The Child's Construction of Language*. London: Academic Press, 1981, p. 123-147.
- \_\_\_\_\_ *Beyond modularity: a developmental perspective on cognitive Science*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- KATO, M.A. Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. *Letras de Hoje*, v.30, n. 4, 1995, p.57-73.
- LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LACAN, J. Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988 (obra originalmente publicada em 1964).
- LEVINSON, S.C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 (obra originalmente publica em 1983).
- LIER-DE VITTO, M.F. Falas sintomáticas: um problema antigo, uma questão contemporânea. In: FREIRE, M.M.; ABRAHÃO, M.H.V.; BARCELOS, A.M.F. (orgs) *Lingüística aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 317-327.
- LIER-DE VITO, M.F.; CARVALHO, G.M.M. O Interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem. In: Quadros, R. M.; Finger, I. *Teorias de aquisição da linguagem*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p. 115-146.

- LIER-DE VITTO, M.F.; ANDRADE, L. *Caminhos, descaminhos na aquisição da linguagem*. Trabalho apresentado no Congresso internacional da ABRALIN. João Pessoa-Paraíba, 2009.
- LOPES, R.E.V. Estágios no processo de aquisição de número no DP do português brasileiro. *Letras de Hoje*, v.39, n. 3, 2004, p.157-171.
- LYONS, J. *Semantics*, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MILNER, J.C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- RADFORD, A. Estrutura frasal e categorias funcionais. In: FLETCHER, P.; MAC WHINNEY, B. (orgs.) *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 395-415.
- ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1983.
- RODRIGUEZ, L. O dizer autista. *Escritos da Infância*, n. 6. Publicação do Centro Lídia Coriat de Porto Alegre, POA, 1999.
- TOMASELLO, M. Perceiving intentions and learning words in the second year of life. In: BOWERMAN, M.; LEVENSON, S.C. *Language acquisition and conceptual development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 132-158.
- TRACY, R. Cognitive processes and the acquisition of dêixis. In: RAUH, G. (ed.) *Essays on deixis*. Germany: Tübingen, 1983, p. 99-148.
- VASCONCELOS, K.S. *Sobre os pronomes pessoais na fala da criança*. 2007-2009. 2010. Dissertação ( Mestrado em Psicologia Cognitiva). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.